

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.219 - RJ (2019/0102666-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO MAURÍCIO COSTA E OUTRO(S) - RJ047536**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA**  
**PROCURADOR : HELEN CARNEIRO MANHÃES SIQUEIRA E OUTRO(S) - RJ110595**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS, o recurso especial não foi devidamente preparado, uma vez que não foi recolhida a importância devida a título de custas, de acordo com a legislação local.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "a parte recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso especial, o recolhimento das custas e do porte de remessa e retorno devidos à União, bem como dos valores locais, estipulados pelo Tribunal de origem" (AgInt no REsp 1660202/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe de 27/02/2018).

Portanto, as "custas locais são devidas ao Tribunal de origem e pagas por meio da respectiva guia estadual" (AgInt nos EDcl no AREsp 1120489/PE, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 01/08/2018).

Ainda, percebeu-se, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido

vício (fls. 749/750), não regularizou, deixando o prazo transcorrer *in albis* (fls. 753).

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

